



INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Interiorization of high education and the brazilian regional development: a literature review

Interiorización de la educación superior y desarrollo regional brasileño: una revisión de la literatura

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v24.895>

Alexandro Fernando do Carmo¹

José Elesbão de Almeida²

Daiane Kelly de Queiroz³

Histórico do Artigo:

Recebido em 21 de janeiro de 2023

Aceito em 30 de junho de 2023


Publicado em 17 de julho de 2023

RESUMO


O presente estudo tem como objetivo evidenciar a relação entre interiorização do ensino superior público e o desenvolvimento regional brasileiro. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada nas seguintes bases de dados: DOAJ, SciELO, Google Scholar, Portal Periódicos da Capes e Repositório do Conhecimento do IPEA, no período de 2015 a 2021. Os termos de busca utilizados nas bases foram: “educação superior” AND “ensino superior” AND “expansão do ensino superior” AND “desenvolvimento regional” AND “instituições de ensino superior” AND “interiorização do ensino superior”. A coleta de dados se deu no mês de maio de 2021. Foram identificados 14 artigos que preencheram os critérios de inclusão, todos sobre estudos brasileiros. Os principais indicadores de desenvolvimento evidenciados pelos estudos foram: democratização do acesso ao ensino superior; dinamização da economia dos municípios onde as instituições foram instaladas; fomento ao mercado de trabalho; alterações demográficas e no espaço urbano e a incorporação de parcelas da população antes pouco representadas nas universidades públicas. Os artigos foram analisados e evidenciaram que a interiorização das IES contribui em vários fatores para o desenvolvimento dos locais onde as IES foram instaladas.

Palavras-Chave: Política Pública. Universidade. Educação. Criatividade. Desenvolvimento.


¹ Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pelo PLANDITES, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: alesxandrocarmo@alu.uern.br

 <https://orcid.org/0000-0001-5381-2975>

² Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES/UERN), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: jealmeida17@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9411-7300>

³ Mestranda em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pelo PLANDITES, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: daianekellysm@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4328-1848>

ABSTRACT

The present study aims to highlight the relationship between the internalization of public higher education and Brazilian regional development. It is an integrative literature review, carried out in the following databases: DOAJ, SciELO, Google Scholar, Portal Periodicals of Capes and IPEA Knowledge Repository, from 2015 to 2021. The search terms used in the databases were "higher education" AND "higher education expansion" AND "regional development" AND "higher education institutions" AND "internalization of higher education". The data collection took place in May 2021. Fourteen (14) articles that met the inclusion criteria, all about Brazilian studies were identified. The main development indicators evidenced by the studies were democratization of access to higher education; boosting the economy of the municipalities where the institutions were installed; fostering the job market; demographic and urban space changes and the incorporation of parts of the population previously poorly represented in public universities. The articles were analyzed and showed that the internalization of the IES contributes several factors to the development of the places where the IES were located.

Keywords: Public Policy. University. Education. Creativity. Development.

RESUMEN

El presente estudio pretende destacar la relación entre la interiorización de la enseñanza superior pública y el desarrollo regional brasileño. Se trata de una revisión integradora de la literatura, realizada en las siguientes bases de datos: DOAJ, SciELO, Google Scholar, Portal Periódicos da Capes y Repositorio de Conocimiento del IPEA, en el período de 2015 a 2021. Los términos de búsqueda utilizados en las bases de datos fueron: "educación superior" AND "enseñanza superior" AND "expansión de la enseñanza superior" AND "desarrollo regional" AND "instituciones de enseñanza superior" AND "interiorización de la enseñanza superior". La recogida de datos tuvo lugar en mayo de 2021. Se identificaron 14 artículos que cumplían los criterios de inclusión, todos sobre estudios brasileños. Los principales indicadores de desarrollo evidenciados por los estudios fueron: la democratización del acceso a la educación superior; la dinamización de la economía de los municipios donde se instalaron las instituciones; el fomento del mercado laboral; los cambios demográficos y del espacio urbano y la incorporación de porciones de la población antes poco representadas en las universidades públicas. Los artículos fueron analizados y evidenciaron que la interiorización de las IES contribuye con varios factores al desarrollo de los lugares donde las IES fueron instaladas.

Palabras clave: Política Pública. Universidad. Educación. Creatividad. Desarrollo.

INTRODUÇÃO

O Brasil é marcado por fortes disparidades regionais, cujas raízes estão fincadas no modo de ocupação do território nacional. A forte concentração no que concerne à produção industrial, densidade populacional, infraestrutura e no que se refere ao acesso aos serviços públicos nos espaços dos centros urbanos mais desenvolvidos e na faixa litorânea tem raízes na herança deixada pelo processo de ocupação desde o período colonial. As consequências dessa herança se refletem em várias dimensões, com resultados diferentes em cada espaço regional. Entre elas está a concentração das Instituições de Ensino Superior (IES) nas capitais estaduais e em locais de maior desenvolvimento industrial, em desfavor das regiões interioranas.

Uma atenuação dessa alta concentração de IES nas regiões metropolitanas do país ocorreu mais expressivamente sob a égide dos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e Dilma Rousseff (2011 - 2014), nos anos iniciais do século XXI. Entre as políticas nacionais implantadas nos dois governos petistas, a interiorização do ensino superior público foi uma das mais relevantes e que regionalmente

produziu efeitos positivos maiores. A retomada dos investimentos em educação superior criou condições para a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede de ensino superior pública em direção às regiões do interior do país. Essas políticas alteraram significativamente o panorama da estrutura de oferta do ensino público superior no Brasil, fortemente concentrado nas capitais e grandes cidades, relegando as áreas mais atrasadas à baixa qualificação da força de trabalho e baixos níveis educacionais.

Em 2003, o Brasil tinha 83 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), das quais 95% estavam localizadas em capitais estaduais e grandes cidades, notadamente nas regiões Sul e Sudeste. Em relação às matrículas em IFES nos cursos de graduação presencial, apenas 10% (61.201) estavam situadas no interior das regiões Norte e Nordeste, conforme dados do INEP (2003, 2014). Esses indicadores reafirmam a herança concentracionista supracitada que privilegiava metrópoles e regiões com maior poder aquisitivo.

Entre 2003 e 2014, após a implantação de um conjunto de políticas, programas e ações voltados para a expansão e universalização do ensino superior, por parte dos governos Lula e Dilma, ocorreu no país uma descentralização da educação pública superior em favor do interior do país, onde as regiões Nordeste e Norte apresentaram expansão significativa. O percentual de crescimento das matrículas em cursos de graduação em universidades federais na região Nordeste foi de 86% e no Norte 40%, no referido período. Ademais, no interior da região Nordeste, notadamente no semiárido, esse crescimento foi de 319%. No mesmo período ocorreu uma expansão da criação de novos *Campi* de universidades federais, sendo a maior expansão na região Nordeste, cuja taxa de crescimento foi de 200%, seguido da região Norte, que apresentou um crescimento de 133% (BRASIL, 2014; INEP, 2014).

É consenso na literatura que as universidades desempenham um papel determinante no processo de desenvolvimento econômico regional. À medida em que as IES penetram nas regiões, proporcionando à população em seu entorno o acesso à educação superior pública e de qualidade e, conseqüentemente, amplia-se o capital humano local e regional, criando condições mais promissoras para o desenvolvimento regional. Outra implicação positiva de destaque da inserção regional das IES concentra-se na esfera econômica, ao passo que os dispêndios efetuados por essas instituições e pela comunidade acadêmica cria externalidades adicionais que favorecem a base econômica e a sociedade local (VIEIRA, 2017).

Nesse contexto, as regiões que receberam novas IES e novos *Campi* no decorrer desse processo de expansão (2003-2014), criaram condições para estimular uma cultura de inovação e dinamização dos efeitos sinérgicos em favor do desenvolvimento local e regional. Frente a esse novo fenômeno, inúmeras pesquisas vêm sendo desenvolvidas no Brasil buscando mostrar as implicações da

presença dessas instituições de ensino nas regiões beneficiadas. Grupos de pesquisas, teses, dissertações e artigos foram e estão sendo produzidos na busca de compreender os possíveis efeitos dinâmicos.

Assim, levando em consideração que a interiorização das IES públicas é um acontecimento relativamente recente, os impactos de tais instituições nos territórios em que essas instituições foram instaladas carecem de aprofundamento de estudos e pesquisa. É nessa perspectiva que o presente artigo busca evidenciar a relação entre a interiorização do ensino superior público e o desenvolvimento local regional no território brasileiro.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo procurou revisar a literatura para identificar a produção científica relacionada à interiorização do ensino público superior e o desenvolvimento regional brasileiro entre 2015 e 2021. Fizemos uso de uma revisão integrativa de literatura por ser um método que tem como propósito sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. Essa técnica permite a combinação de dados de literatura teórica e empírica, proporcionando compreensão mais completa do tema de interesse (ERCOLE; MELO e ALCOFORADO, 2014).

A revisão integrativa compreende seis etapas: 1) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4) categorização dos estudos selecionados; 5) análise e interpretação dos resultados; e 6) apresentação da revisão/ síntese do conhecimento (BOTELHO; CUNHA e MACEDO, 2013).

O objeto de estudo foi a produção científica sobre a interiorização do ensino superior e o desenvolvimento local e regional brasileiro, conforme as bases de dados Directory of Open Access Journals (DOAJ), Google Scholar, Portal Periódicos da Capes, Repositório do Conhecimento do IPEA e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Para o levantamento da produção científica foram utilizados os seguintes descritores, indexados em português no *Thesaurus Brasileiro da Educação* com os respectivos vocábulos também em espanhol: Educação Superior, Ensino Superior, Expansão do Ensino Superior, Desenvolvimento Regional, Instituições de Ensino Superior, Interiorização do Ensino Superior; *Educación Superior, Educación Superior, Expansión de la Educación Superior, Desarrollo Regional, Instituciones de Educación Superior, Interiorización de la Educación Superior*.

Em todas as bases de dados foram usados os descritores controlados combinados com operadores booleanos. Os termos (*strings*) inseridos nas caixas de busca das bases foram filtrados por idioma (português e espanhol) e período de publicação (2015-2021). A coleta de dados se deu no mês de maio de 2021.

Quadro 1: Delineamento das métricas da pesquisa.

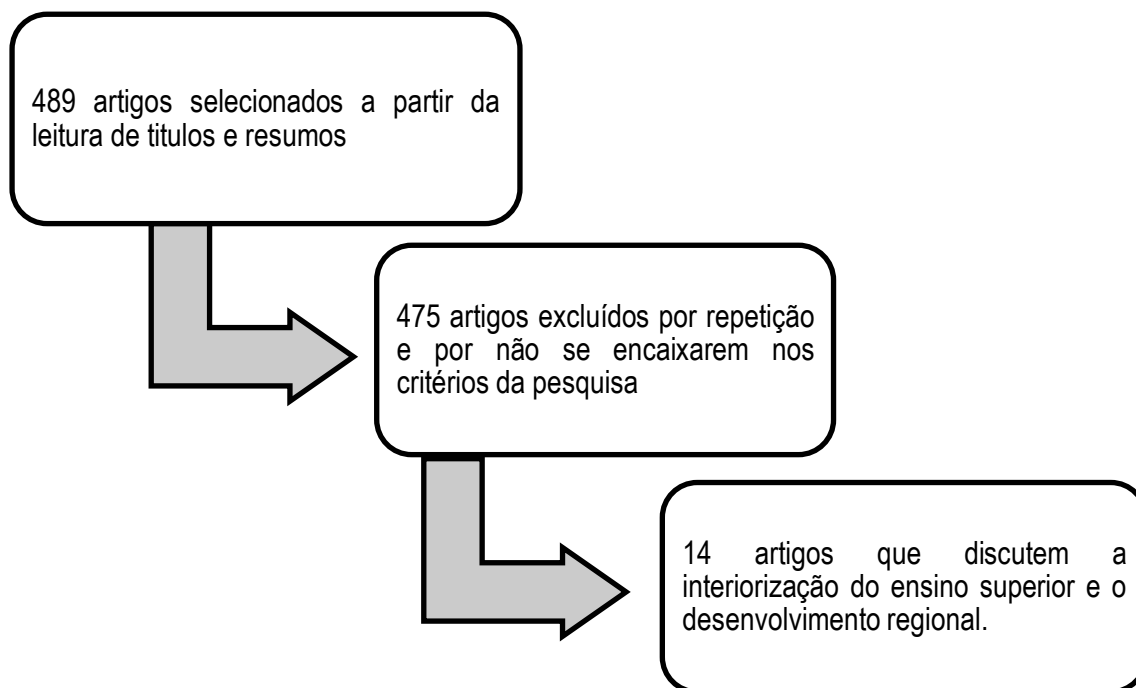
BASES	DOAJ, SciELO, Google Scholar, Portal Periódicos da Capes, Repositório do Conhecimento do IPEA
DESCRITORES	Educação Superior, Ensino Superior, Expansão do Ensino Superior, Desenvolvimento Regional, Instituições de Ensino Superior, Interiorização do Ensino Superior
INTERVALO DE TEMPO	2015 a 2021
IDIOMAS	Português e Espanhol

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como critério de inclusão, adotamos artigos publicados em periódicos e disponíveis integralmente em bases de dados online, além de trabalhos recentes (publicados entre 2015-2021) tratando, especificamente, da interiorização do ensino superior e desenvolvimento regional e estudos realizados no Brasil. Foram excluídos os trabalhos que não versavam sobre a questão do desenvolvimento regional, artigos que não estavam disponíveis integralmente nas bases de dados pesquisadas e trabalhos publicados como artigos curtos ou posters. Também foram excluídos artigos que se repetiam entre as bases.

O processo completo de seleção dos artigos pode ser visto na Figura 1.

Figura 1: Quantidade de artigos selecionados e excluídos.



Fonte: Elaborado pelos autores

Visando à sistematização dos dados, desenvolvemos um instrumento de extração de informação contendo: título, nome dos autores e ano, palavras-chave, região de estudo, objetivos e principais resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 489 artigos científicos encontrados, 475 foram excluídos após as leituras dos títulos, por não atenderem aos critérios de inclusão. Dessa forma, apenas 14 artigos foram lidos integralmente. A maioria dos estudos analisados foi publicada nos anos de 2017, 2018 e 2020, correspondendo a um total de 78%. Para o ano de 2015, foram encontrados 14% dos estudos. Dentre os trabalhos que foram selecionados, apenas 7% foram publicados em 2019. Para os anos de 2016 e 2021 não houve nenhum artigo (Quadro 2).

Dos estudos selecionados, cinco foram de abrangência nacional, a despeito de utilizarem escalas municipais como amostras. Quatro dos estudos foram realizados no Nordeste brasileiro, tendo como objeto de pesquisa as IES instaladas no interior do Ceará e de Pernambuco. Três foram da região Sul, todos no estado do Paraná. Outros dois estudos foram selecionados, sendo um estudo do Sudeste e outro do Centro-Oeste (Quadro 2).

Na extração das informações, as palavras-chave também foram objetos de considerações, a fim de contribuir com outros pesquisadores da temática, na seleção das mesmas. Dentre os estudos encontrados, constatou-se que as palavras-chave mais empregadas foram: desenvolvimento regional (5 vezes), REUNI (4 vezes), interiorização, universidades federais e institutos federais (3 vezes), ensino superior, universidades e expansão (2 vezes) (Quadro 2).

Quadro 2: Descrição dos estudos de acordo com: título, autores e ano, palavras-chave, região do estudo, objetivos e resultados.

Título	Autores/ Ano	Palavras-Chaves	Região do estudo	Objetivos	Resultados
Uma avaliação do impacto da política de expansão dos Institutos Federais nas economias dos municípios brasileiros	FAVERI, D.B.; PATTERINI, F.C.; BARBOSA, M.P. (2018)	educação profissional e tecnológica; institutos federais; avaliação de impacto.	Nacional	Testar hipóteses de que a expansão dos IFs causou impacto sobre alguns indicadores econômicos locais.	Há indicativos de impactos em quesitos como PIB <i>per capita</i> , Escolaridade média e índice de Gini para municípios pequenos (menos de 70 mil habitantes), sendo que há aumento do IDH e na Taxa de emprego de nível superior em todos os municípios que receberam os <i>campi</i> no período 2004-2009.
Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC)	ANDRIOLA, W.B. E SULIANO, D.C. (2015)	ensino superior; avaliação educacional; expansão universitária; Reuni	Nordeste	Objetivou identificar a opinião de docentes, discentes e comunidades locais acerca dos impactos oriundos da presença da UFC nos municípios do interior do Ceará,	As três audiências estudadas (alunos de graduação, docentes e moradores locais) convergem na opinião de que os três <i>campi</i> da UFC instalados nos respectivos municípios estudados geraram impactos sociais positivos.
Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais	NIQUITO, T.W.; RIBEIRO, F.G.; PORTUGAL, S.M. (2018)	universidades federais; desenvolvimento; municípios; diferenças em diferenças	Nacional	Investigar se a criação das novas universidades federais afetou o desenvolvimento econômico e social das localidades que receberam os novos <i>campi</i> .	O impacto da criação dos novos <i>campi</i> universitários sobre a renda <i>per capita</i> dos municípios diretamente afetados é de 3,57%. O efeito da criação de novos <i>campi</i> de universidades federais é maior sobre os municípios de menor porte. A taxa de natalidade também foi afetada positivamente. Sobre a escolaridade dos adultos os impactos foram negativos.
Instituições de ensino superior e desenvolvimento: impactos econômicos de curto prazo de universidades federais do oeste paraense	BRÜNE, S.; BIDARRA, Z.S. (2015)	Universidade e Desenvolvimento. Ensino Superior Público. Programa Reuni.	Sul	Analisar os impactos diretos (no curto prazo) gerados pela UFPR, localizada em Palotina, e pela UTFPR, em Toledo, que aderiram ao Programa Reuni, nas cidades que as hospedam e a influência desses impactos na economia local.	As universidades criadas produzem efeitos econômicos imediatos, materializados no incentivo ao dinamismo das economias dos municípios de Palotina e Toledo.

Os institutos federais e o desenvolvimento regional: interface possível	PEREIRA, L.A.C.; CRUZ, J.L.V. (2019)	Educação Profissional, Instituto Federal, Desenvolvimento Regional, Expansão, Interiorização.	Nacional	Analisa a expansão da Rede Federal de ensino e discute, de forma embrionária, as implicações e possibilidades potenciais da nova configuração espacial desta Rede para o desenvolvimento regional, na perspectiva da integração Inter e intrarregional.	Os critérios de localização dos novos <i>campi</i> possibilitaram a sua difusão em regiões periféricas e em mesorregiões que podem ter a sua dinâmica socioeconômica positivamente impactada, numa perspectiva de políticas intersetoriais voltadas para o desenvolvimento regional.
Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino superior federal em cidades não metropolitanas no Ceará	MÁXIMO, R. (2020)	Universidades federais. Institutos federais. Educação. Cidades. Impactos urbanos.	Nordeste	Discutir aspectos sobre a dimensão territorial do processo de expansão do ensino federal em municípios cearenses não metropolitanos	Os <i>campi</i> implantados provocaram alterações no espaço intra urbano dos municípios analisados. Aumento populacional, dinamização dos setores de comércio, serviços e no mercado imobiliário, além do aumento da mobilidade são alguns dos aspectos destacados pelo pesquisador que aspectos possíveis que permitem relacionar as políticas educacionais e seus efeitos territoriais.
O efeito da evasão dos Institutos e das Universidades Federais sobre o mercado de trabalho	BERGMANN, A.L.; RIBEIRO, F.G.; NIQUITO, T.W.; TEIXEIRA, G. (2020)	Educação federal. Mercado de trabalho. Sinergias.	Nacional	Avaliar o efeito da expansão das UFs e IFs sobre indicadores do mercado de trabalho dos municípios brasileiros afetados pela expansão entre os anos de 2000 a 2010.	Há evidências de sinergia entre a criação de <i>campi</i> de IFs e de UFs, principalmente sobre a taxa de ocupação e a taxa de formalidade. Os efeitos, quando significativos, parecem em geral mais fortes em municípios menores e entre os indivíduos mais jovens.
A contribuição da universidade pública para o desenvolvimento da sociedade brasileira: o caso da Universidade Multicampi na região do Pampa Gaúcho	LUZ, A.L.; BRIZOLA, F.; GARCIA, C.A.X. (2017)	Universidade; Expansão; Acesso à educação; Desenvolvimento regional.	Sul	Debater o papel da universidade pública no desenvolvimento da sociedade brasileira.	Foram localizados três aspectos principais que elucidam a inserção regional da Unipampa e a contribuição da universidade pública para sociedade: a formação acadêmica ofertada, a relevância social e o impacto promovido em diferentes setores da economia local.
O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos	BIZERRIL, M.X.A. (2020)	Expansão do ensino superior. REUNI. Universidades Federais.	Nacional	Analisar o processo de interiorização das universidades federais na última década em função do impacto, real e potencial, da instalação dos novos <i>campi</i> nos contextos das universidades e da sociedade.	O processo de expansão e interiorização causou um avanço na democratização do ensino superior público, além do desenvolvimento regional das áreas onde se instalaram. A estrutura multicampi das universidades foi o principal instrumento da interiorização, sendo que as regiões Nordeste e Norte foram as mais beneficiadas.

Educação e desenvolvimento regional: os efeitos indiretos da política de descentralização do ensino superior e a mobilidade pendular no estado de Pernambuco	FUSCO, W.; OJIMA, R. (2017)	Interiorização do ensino; mobilidade populacional; educação; desenvolvimento regional	Nordeste	Analisar, a partir da experiência de alguns municípios de Pernambuco (Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão), um dos efeitos dessa recente interiorização da educação superior: o crescimento dos volumes de deslocamentos populacionais cotidianos para estudo (movimentos pendulares).	Houve um acréscimo muito expressivo na dinâmica populacional regional, bem como uma maior inclusão social associada ao processo de interiorização.
O enlace entre educação e desenvolvimento regional no processo de interiorização da Universidade Federal de Pernambuco	SILVA, T.A.B., SILVA, J.A.A. (2018)	Interiorização. Governo Lula. Universidade Federal de Pernambuco.	Nordeste	Examinar as intencionalidades presentes no processo de interiorização das universidades brasileiras desenvolvido no governo Lula da Silva.	O processo de interiorização da UFPE, em consonância com as determinações do governo federal, visa promover o desenvolvimento regional e nacional.
Desenvolvimento regional e a expansão do ensino superior público: o caso da Universidade do Estado de Mato Grosso	LARA, J.C.; CARNIELLO, M.F. (2018)	Educação. Universidade. Desenvolvimento Regional.	Centro-Oeste	Verificar qual foi a expansão do Ensino Superior Público no Estado de Mato Grosso, analisando os dados da Unemat, e de que forma a expansão proporcionou o desenvolvimento regional dos municípios.	A Unemat aumentou o número de cursos e o número de vagas no decorrer da década, demonstrando indícios de contribuição no aumento do PIB e do IDHM dos municípios em que a universidade atua.
Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: microevidências da ampliação dos campi da UFF em Volta Redonda	FERREIRA, A.; SANTOS, E.A. (2018)	Políticas Públicas; Desenvolvimento Regional; REUNI; Universidade Pública	Sudeste	Avaliar os impactos econômicos provocados pela ampliação da Universidade Federal Fluminense em Volta Redonda (UFF-VR).	Os resultados mais relevantes do estudo indicam que os dois campi atraem mais de 1.270 alunos de outras cidades e empregam 305 servidores, tendo injetado na economia local no ano de 2013 aproximadamente R\$ 67.749.256 por ano, o que representa 0,74% do PIB do município.
A interiorização das universidades e o mercado de trabalho regional: o caso da Universidade Federal do Paraná	CORRÊA, R.L. NASCIMENTO, D.E. (2017)	Ensino Superior. Interiorização. Atividades Econômicas.	Sul	Relacionar os cursos de graduação ofertados nesses campi, entre os anos de 2008 e 2016, com as atividades econômicas que mais geraram empregos nas respectivas microrregiões.	Alguns cursos estão relacionados com as atividades econômicas regionais.

O investimento no fator humano há muito é apontado pelos estudiosos como um importante instrumento de combate ao subdesenvolvimento, pela sua capacidade de desenvolver aptidões, novas habilidades do capital humano, impulsionar a inventividade, incentivar a criatividade, mudanças culturais e inovações. Essa ideia foi defendida, entre outros, por pensadores como Celso Furtado, em sua obra *A fantasia desfeita* (1989), na qual o economista alertava que “as sociedades que não realizaram qualquer

investimento no fator humano até albores do século atual [no caso o XX] foram condenadas às piores formas de subdesenvolvimento” (FURTADO, 1989, p.23).

Nesse contexto, a interiorização do ensino superior público surge como uma política fundamental para combater as assimetrias regionais brasileiras. A análise dos estudos selecionados possibilitou a identificação de vários fatores que interligam a interiorização do ensino superior com o desenvolvimento.

A ampliação do acesso à educação superior foi um dos primeiros indicativos de melhora. Tal fenômeno foi possível graças à expansão das IFES rumo ao interior do país. Tanto Institutos Federais (IFs), como Universidades Federais (UFs) se expandiram pelo Brasil e se instalaram, em grande parte, em municípios de pequeno porte, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-14).

Faveri, Petterini e Barbosa (2018), ao analisar a política de expansão dos IFs destacam que essas instituições assumiram papel protagonista no processo de interiorização do ensino superior. No início dos anos 2000, estavam em funcionamento no Brasil, 140 IFs. Entre 2004 e 2016, foram criadas 504 novas unidades. O número destas escolas está presente em mais de 10% dos municípios brasileiros. Seguindo as premissas de guardar coerência com as dimensões sociais e geográficas das desigualdades existentes no país, a criação das novas unidades de IFs se deu principalmente em municípios com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 1.500 ao mês, com população pequena, sobretudo na região Nordeste, onde foi instalada a maioria dos novos IFs.

Para Pereira e Cruz (2019, p. 15), a política governamental de criação e expansão dos IFs *“se opõe à lógica da localização concentrada e segregadora dos equipamentos públicos, da oferta de formação profissional em todos os níveis e, enfim, do acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento cultural”*.

Nesse contexto, Bizerril (2020) argumenta em sua pesquisa documental sobre o processo de expansão e interiorização das universidades federais, que esse processo promoveu um avanço na democratização do ensino superior público, além do desenvolvimento regional das áreas onde se instalaram. A estrutura multicampi das universidades foi o principal instrumento da interiorização, sendo que as regiões Nordeste e Norte foram as mais beneficiadas. O referido autor assinala alguns fatores determinantes para o desenvolvimento regional, ligados ao desenvolvimento humano, que são acionados pela presença de IES. Dessa forma, a disseminação da cultura universitária agrega valores como a democracia, a liberdade, a responsabilidade social, a ética e o pensamento científico e crítico.

Tais valores estão alinhados com o que Furtado (1989) apontou como sendo um dos pilares do subdesenvolvimento que moldou a região Nordeste do século XX, ou seja, ao passo em que a população da região não teve acesso à informação adequada, abateram-se sobre a mesma, várias mazelas que conservaram o atraso, o autoritarismo e a imobilidade social, por exemplo.

Além disso, Bizerril (2020), salienta que a expansão e interiorização do ensino proporcionou uma ampliação da diversidade social e cultural da comunidade universitária. Essas instituições passaram a incorporar parcelas da população antes pouco representadas nas universidades públicas como indígenas, negros⁴, moradores da periferia, povos do campo, LGBTQI+ e outros, que na maioria das vezes foram a primeira geração da família a obter um diploma do ensino superior.

Além dessa mudança de perfil da comunidade acadêmica como argumentado por Bizerril (2020), a interiorização das IES, como já destacado por Pereira e Cruz (2019), implicou também em uma desconcentração espacial desses equipamentos de ensino. É o caso do estado do Mato Grosso, objeto de estudo Lara e Carniello (2018).

O estado do Mato Grosso teve uma evolução em dez anos de cerca de 106% de IES. Em 2000, a graduação ofertada pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) só possibilitava o atendimento de 36% dos egressos do Ensino Médio, quadro esse amplamente alterado em 2010, quando a capacidade de atendimento alcançou 63,8% dos egressos do Ensino Médio. Além disso, no referido período, o número de alunos matriculados, saltou de 5.403 para 15.457, aumentando em 186% o número de ingressantes no Ensino Superior na Unemat (LARA; CARNIELLO, 2018).

O que se observou no estado mato-grossense, onde historicamente, houve uma carência de atendimento na demanda de alunos egressos do Ensino Médio, nos últimos anos esse cenário sofreu alterações significativas, em face ao processo de interiorização do ensino superior. Esse foi o retrato de um país que desde os tempos coloniais concentrou na região litorânea a maioria da população, as principais cidades, a base produtiva, a infraestrutura e as instituições produtoras de conhecimento.

Outra região que foi afetada positivamente pela interiorização das IES foi a faixa de fronteira sul-rio-grandense com o Uruguai e Argentina. A discussão propiciada por Luz, Brizolla e Garcia (2017) é bastante pertinente e elucidativa desse contexto. A pesquisa se dá no âmbito da criação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) no ano de 2008. Tal instituição foi implantada na chamada “metade sul” do estado do Rio Grande do Sul (RS), numa região de fronteira com o Uruguai e a Argentina, historicamente marcada por uma economia decrescente. Soma-se a esse cenário o fato de que as IES,

⁴Fusco e Ojima (2016) destacam que em todos os municípios analisados por eles, a proporção de brancos diminuiu, de forma que no agregado essa participação caiu de 60,9% em 2000 para 49,0% em 2010. Cabendo destacar, ainda, a presença, embora pequena, de indígenas.

que até então atendiam as demandas dessa localidade eram privadas e embora tivessem como denominação universidade, nunca chegou a atender os requisitos necessários para esta qualificação. Ademais, esse cenário educacional era agravado pela inexistência de universidades públicas nessas regiões, o que induzia os sujeitos a se deslocarem para outras regiões em busca de ensino gratuito e com investimentos na produção científica e tecnológica (LUZ; BRIZOLLA; GARCIA, 2017).

A instalação da Unipampa na zona de fronteira do Rio Grande do Sul foi, sem dúvida, um passo importante para a ampliação do acesso ao ensino superior na região e que a interiorização do ensino por meio dessa IES rompeu com cenário educacional que prevalecia na região, levando o desenvolvimento de ciência e tecnologia, pesquisa, extensão e educação gratuita por meio de cursos de graduação e pós-graduação (LUZ; BRIZOLLA; GARCIA, 2017).

A despeito das contribuições mais gerais observadas até aqui, verificou-se que grande parte dos artigos tiveram como objeto de estudo a análise dos impactos socioeconômicos e territoriais oriundos da presença das IES. Foram os casos de Brüne e Bidarra (2015), Andriola e Suliano (2015), Faveri, Petterini e Barbosa (2018), Niquito, Fusco e Ojima (2017), Ribeiro e Portugal (2018), Máximo (2020) e Bergmann *et al.*, (2020).

Andriola e Suliano (2015), mostram que a interiorização do ensino superior, no Ceará, causou impactos econômicos e sociais positivos. Usando os municípios de Sobral, Quixadá e a Região do Cariri (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalho) como locais do estudo, os autores, a partir de questionários destinados aos docentes, discente e moradores dos respectivos municípios, identificaram que a chegada de *campi* universitários, no caso da Universidade Federal do Ceará (UFC), promoveu importantes mudanças socioeconômicas. O incremento das oportunidades para a população local ter acesso ao ensino superior público, a dinamização econômica local, implicando crescimento municipal e o aumento das oportunidades de inserção no mercado de trabalho para os moradores da região, bem como a geração de maior quantidade e diversidade de postos de trabalho, foram as principais conclusões do estudo.

Tais conclusões vão de encontro aos resultados de Brüne e Bidarra (2015), que apesar de exporem todos os possíveis impactos diretos e indiretos oriundos de uma universidade, as autoras detiveram-se, especificamente, em analisar os impactos econômicos diretos, materializados no curto prazo. Através de um estudo de caso de duas IFES, sendo elas: a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e suas respectivas cidades hospedeiras, Palotina e Toledo, localizadas na mesorregião Oeste no estado do Paraná, as pesquisadoras concluíram que as IES criadas

produzem efeitos econômicos imediatos, materializados no incentivo ao dinamismo das economias dos municípios.

Tal como Andriola e Suliano (2015) e Brüne e Bidarra (2015), Ferreira e Santos (2018) mostraram que a implantação de uma universidade pública em determinada comunidade implica diversos impactos econômicos no seu entorno. Avaliando os impactos econômicos provocados pela ampliação da Universidade Federal Fluminense em Volta Redonda (UFF-VR), os autores concluíram que a instituição em conjunto com toda a comunidade acadêmica (gastos dos alunos, massa salarial dos docentes e servidores e os gastos de custeio e investimento) provocou uma movimentação anual⁵ na economia de Volta Redonda de aproximadamente R\$ 67.749.256, correspondente a 0,74% no PIB do município.

Bergmann *et al.*, (2020) ao explorar os efeitos da expansão de institutos e universidades federais, e não apenas de uma parte (UFs ou IFs) traz repercussões interessantes para a discussão. Utilizando-se da estratégia empírica (método de diferença em diferenças), o referido estudo mostrou que há evidências de sinergia entre a criação de *campi* de IES e a dinâmica do mercado de trabalho dos municípios brasileiros, principalmente sobre a taxa de ocupação e a taxa de formalidade.

Quando se avalia o efeito da expansão das IES sobre indicadores do mercado de trabalho dos municípios brasileiros contemplados, observa-se que a construção de unidades de IFs e UFs, entre 2000 e 2010, gerou sinergias positivas, principalmente sobre a taxa de ocupação e de formalização de emprego. A formalização da mão de obra incide mais intensamente entre os indivíduos mais jovens (18 a 29 anos) e em municípios de menor porte (até 50 mil habitantes). A sinergia sobre a taxa de ocupação (empregabilidade) se manifesta, preferencialmente, sobre as pessoas com 50 anos ou mais de idade nos municípios menores (BERGMANN *et al.*, 2020).

O que se extrai do estudo de Bergmann *et al.*, (2020) é que o mercado de trabalho, preferencialmente, em municípios menores foi impactado positivamente pela expansão da educação federal. Esses resultados positivos do mercado de trabalho dialogam diretamente com o aumento da renda *per capita* destacada no trabalho de Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), que também encontraram resultados mais acentuados para municípios de pequeno porte e serão expostos mais à frente.

Faveri, Petterini e Barbosa (2018), buscam testar a hipótese de que os novos IFs causaram mudanças em alguns indicadores socioeconômicos dos municípios receptores. Os autores identificaram que, entre 2004 e 2009, primeiro período da expansão, a implantação dos *campi* de IFs gerou maior impacto em municípios de menor tamanho (menos de 70 mil habitantes). Os indicadores que mostraram

⁵ A preços correntes de 2012.

resultados positivos para essa dimensão de municípios foram: PIB *per capita*, escolaridade média e Índice de Gini. Além disso, todos os municípios estudados apresentaram impactos positivos no tocante à melhora do IDH e da taxa de emprego de nível superior. Embora seja um estudo que busca preencher uma lacuna, os próprios autores alertam sobre as limitações do mesmo, como, por exemplo, o fato de restringirem o trabalho ao limite dos municípios sem considerar o possível efeito transbordamento dos novos IFs para a região no seu entorno.

Fazendo uso da estratégia empírica (modelo de diferenças em diferenças) Niquito, Ribeiro e Portugal (2018) verificaram o efeito da criação das novas UFs sobre o desenvolvimento das economias locais que receberam as novas instituições. As variáveis analisadas foram: renda domiciliar *per capita* média dos municípios, o nível de escolaridade das pessoas adultas, a taxa de fecundidade total e o nível de desigualdade de renda. As evidências encontradas mostraram que o impacto da política de expansão das UFs sobre a renda *per capita* domiciliar dos municípios diretamente afetados foi de 3,57%, sendo tal resultado bem mais acentuado para municípios de pequeno porte (aumento de 7,06%). Resultado semelhante foi evidenciado por Faveri, Petterini e Barbosa (2018), ao analisarem o impacto da expansão dos IFs nos municípios.

O nível de escolaridade da população adulta, no trabalho de Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), apresentou relação negativa com a instalação das novas UFs. A média de anos de estudo caiu em 0,07 ano. Esse é um aspecto que merece investigação adicional, haja vista que Faveri, Petterini e Barbosa (2018) haviam demonstrado que havia indicativos de que a implantação dos *campi* dos IFs foi capaz de elevar a escolaridade média nos municípios de menor tamanho em cerca de 5%. Dito isso, é importante destacar que ambos os estudos alertam para o fato desses dados estarem sendo perturbados pelo efeito da migração. No primeiro caso, pelo fato de os egressos não encontrarem bons empregos tendem a migrar em busca de melhores oportunidades para outros locais. No segundo, devido à migração de professores, que apresentam elevada escolaridade, fazendo com que o impacto sobre a escolaridade possa impactar positivamente.

Outro resultado encontrado por Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), foi o efeito negativo que a expansão dos *campi* universitários tivera sobre a taxa de fecundidade total. A propósito disso, assinalam que “[nas] localidades contempladas pela política, o número médio esperado de filhos por mulher caiu em 0,05” (NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGAL, 2018, p. 385). Além disso, o estudo mostrou

que a abertura de uma universidade tende a piorar a concentração de renda⁶, aumentando o Índice de Gini em 1,53 pontos na localidade.

Na perspectiva de contribuir para o debate sobre a recente expansão e interiorização do ensino público superior em nível federal, tendo como pano de fundo o componente territorial, Máximo (2020), traz importantes contribuições para a compreensão da dimensão territorial das recentes políticas educacionais. Tendo como estudo de caso as IFES instaladas nos municípios de Crateús e Quixadá, no interior do Ceará, o autor conclui que para além do significativo impacto no acesso ao ensino superior, a implantação desses *campi* está relacionada a alterações no espaço urbano desses municípios. Observou ainda que ocorreu um relativo aumento populacional, resultado da atração de alunos e servidores dessas instituições de ensino, cuja população passou a movimentar as economias locais. Nos casos estudados, o setor de comércio e serviços e o mercado imobiliário foram as principais atividades econômicas atingidas pelos efeitos expansivos.

Os aspectos territoriais da interiorização também foram objeto de estudo de Fusco e Ojima (2016), ao analisarem a mobilidade pendular no estado de Pernambuco. O referido estudo nos coloca na direção de tomar a devida compreensão, via dados estatísticos, de como as economias locais foram dinamizadas pela interiorização do ensino superior. A título de ilustração, os municípios estudados pelos autores (Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão), todos no interior pernambucano, registraram um aumento de 1.254%, entre 2000 e 2010, nos deslocamentos pendulares diretamente vinculados ao estudo em nível superior. É ilusório considerar que tal fenômeno não é factível de repetição nos demais locais interioranos receptores de *campi* universitários.

Nesse sentido, os estudos de Andriola e Suliano (2015), Brüne e Bidarra (2015) e Máximo (2020), ao apresentarem como impactos da interiorização, a dinamização socioeconômica dos municípios e alterações no espaço urbano e na demografia dos locais, encontram respaldo no trabalho de Fusco e Ojima (2017), tendo em vista que é quase indiscutível o fato que de a participação do contingente populacional que chega para estudar em um município do interior pode causar importantes impactos na localidade.

Finalmente, Silva e Silva (2018) assinalam que a política de interiorização do ensino superior público, pautou-se essencialmente na participação da universidade no desenvolvimento regional. Onde a produção científica e a formação de mão de obra são indicadas, de acordo com os autores, como fator primordial para o desenvolvimento econômico regional. Essa afirmação encontra

⁶ Sobre isso os autores destacam que “a abertura da universidade gera um rol de empregos públicos no local, aumentando sua participação sobre o total da mão de obra. Dado que o setor público pratica salários mais elevados em relação ao setor privado, é esperado, em algum grau, o aumento da concentração de renda” (NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGAL, 2018, p. 385).

sustentação quando se observa o *Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Pernambuco*, onde se constata que “os critérios norteadores das áreas de atuação dos cursos do campus Agreste levaram em consideração a demanda regional, tendo como premissa a constituição de um padrão de interiorização que leva em consideração a realidade produtiva local” (SILVA; SILVA, 2018).

A conexão entre a realidade regional e a instalação de IES também foi apontada no artigo de Côrrea e Nascimento (2017). Para os autores, a inserção de uma universidade em uma região deve levar em consideração diversos fatores, inclusive o mercado de trabalho regional. Naturalmente que as IES não devem abandonar a sua principal vocação, que é a construção do conhecimento e a formação de uma sociedade cidadã. Porém, a universidade, principalmente a do interior, deve estar alinhada com as necessidades das pessoas que vivem na região, sendo uma dessas preocupações a inserção dessas no mercado de trabalho regional.

Por fim, Pereira e Cruz (2019) citam que a política de expansão da rede federal de ensino seguiu dois vetores principais, quais sejam: a regionalização e a territorialização. Através do primeiro buscava-se uma distribuição das unidades que possibilitasse maior capilaridade na oferta de educação profissional e, pelo segundo, a perspectiva de um desenvolvimento enraizado buscando um diálogo com práticas, tradições e experiências locais e regionais no contexto da tomada de decisões sociais e econômicas, vinculá-las à educação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, ficou evidente que o processo de interiorização das IES impulsionou o desenvolvimento das regiões que receberam as mesmas. Os resultados encontrados nos estudos elucidados são complementares e convergem para a ideia de que há uma diversidade de fatores que influenciam no desenvolvimento regional e que esses fatores são correlacionados. Os principais indicadores de desenvolvimento evidenciados pelos estudos foram: democratização do acesso ao ensino superior, onde a estrutura multicampi e a desconcentração espacial das IES foram os principais instrumentos dessa ampliação; dinamização da economia dos municípios onde as instituições foram instaladas (maior impacto em municípios de menor porte, 50 a 70 mil habitantes); fomento ao mercado de trabalho (maior taxa de ocupação e formalização também com resultados mais acentuados para municípios pequenos) e alterações demográficas e no espaço urbano.

Além disso, foi observado que a interiorização do ensino superior público, foi importante ao incorporar parcelas da população que sempre foram excluídas do acesso ao ensino público superior, como povos indígenas, negros, moradores da periferia, povos do campo, LGBTQI+ e outros, que na

maioria das vezes foram responsáveis pelas primeiras gerações da família a obter um diploma do ensino superior. Importante ressaltar que tal avanço na incorporação das minorias ao acesso ao ensino público superior foi complementado por um conjunto de várias políticas oficiais, como o Programa de Financiamento Estudantil – FIES; Programa Universidade para todos – PROUNI, Programa de Inclusão social e racial – COTAS, para os vestibulares nas instituições públicas de ensino superior, além do Programa INCLUIR, para pessoas portadoras de alguma deficiência. Esses programas tiveram resultados significativos na inclusão de pessoas historicamente excluídas do acesso à educação pública de nível superior, sobretudo nas regiões mais carente do país.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLA, W. B.; SULIANO, D. C. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, n. 243, p. 282–298, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s2176-6681/339512841>
- BERGMANN, Â. L.; RIBEIRO, F. G.; NIQUITO, T. W.; TEIXEIRA, G. O efeito da expansão dos institutos e das universidades federais sobre o mercado de trabalho. **Análise Econômica**, v. 38, n. 77, p. 259–296, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2176-5456.77987>
- BIZERRIL, M. X. A. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1–15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.13456>
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. J. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista eletrônica gestão e sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011.
- BRÜNE, S.; BIDARRA, Z. S. Instituições de ensino superior e desenvolvimento: impactos econômicos de curto prazo de universidades federais do oeste paranaense. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 28, p. 537–560, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2015.v12.780>
- CORREA, R. L.; NASCIMENTO, D. E. do. A Interiorização das universidades e o mercado de trabalho regional: o caso da Universidade Federal Do Paraná. **Trabalho e educação**, v. 26, n. 2, p. 149–169, 2017.
- ERCOLE, F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 9-11, 2014.
- FAVERI, D. B. de; PETTERINI, F. C.; BARBOSA, M. P. uma avaliação do impacto da política de expansão dos institutos federais nas economias dos municípios brasileiros. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 50, p. 125–148, 2018.
- FERREIRA, A.; SANTOS, E. A. Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: microevidências da ampliação dos *campi* da UFF em Volta Redonda. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, p. 86–109, 2018.
- FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. São Paulo, Paz e Terra, 1989, 3ª ed.
- FUSCO, W.; OJIMA, R. Educação e desenvolvimento regional: os efeitos indiretos da política de descentralização do ensino superior e a mobilidade pendular no estado de Pernambuco. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, p. 247–263, 2016.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Estatísticas do Ensino Superior. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

LUZ, A. S.; BRIZOLLA, F.; GARCIA, C. A. X. A contribuição da universidade pública para o desenvolvimento da sociedade brasileira: o caso da Universidade Multicampi na região do Pampa Gaúcho. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 11, n. 11, p. 1–18, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/jpe.v11i0.51293>.

LARA, J. C.; CARNIELLO, M. F. Desenvolvimento Regional e a Expansão do Ensino Superior Público: o Caso da Universidade do Estado de Mato Grosso. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 19, n. 1, p. 52–58, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2018v19n1p52-58>.

MÁXIMO, R. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará. **Urbe**, v. 12, p. 1–17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190080>.

NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. **planejamento e políticas públicas**, n. 51, p. 367–394, 2018.

PEREIRA, L. A. C.; DA CRUZ, J. L. V. Os Institutos Federais E O Desenvolvimento Regional: Interface Possível. **Holos**, v. 4, p. 1–18, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2019.7992>.

SILVA, T. A. B. da; SILVA, J. A. de. A. da. O enlace entre educação e desenvolvimento regional no processo de interiorização da Universidade Federal de Pernambuco. **Temporalis**, n. 35, p. 67–83, 2018.

VIEIRA, D. J. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. BRANDÃO, C. A. (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.